



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**  
Estado de São Paulo

**CONVÊNIO Nº 08/2020.**

Convênio que entre si celebram o Município de São José do Rio Pardo e a Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo para o repasse de recursos financeiros destinados ao Custeio Auxílio Financeiro Emergencial Corona Vírus - Covid 19, conforme Portaria nº 1666 e Plano de Trabalho anexo ao Convênio, para pagamento de plantão médico na UTI – Setor Covid 19 e encargos.

Pelo presente instrumento, de um lado o **Município de São José do Rio Pardo**, representado pela Secretária Municipal de Saúde **Sra. Juliana Marcela Flausino**, inscrito no CPF/MF sob nº 269.023.608-71, e de outro lado, doravante denominada **CONVENIADA**, Santa Casa de Misericórdia Hospital São Vicente – São José do Rio Pardo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.901.454/0001-86, com endereço na cidade de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Alípio Dias, nº 620, e com estatuto arquivado no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, em 19/07/94, sob nº 80, neste ato representado por seu provedor Edson Roberto Furlan, RG nº 5.768.909-x SSP/SP, CPF nº 282.811.818-87, doravante denominada **CONVENIADA**; considerando o que dispõe a Constituição Federal, em especial o seu artigo 196, a Constituição Estadual, em especial os seus artigos 219 e seguintes, as Leis n.ºs 8.080/90 e 8.142/90, a Lei n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 8.883/94 e suas alterações, Leis Municipais nºs 2.445/2001 e 4.124/2013, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO** de assistência à saúde, na forma e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente convênio tem como objeto o repasse de recursos financeiros destinados ao Custeio Auxílio Financeiro Emergencial Corona Vírus - Covid 19, conforme Portaria nº 1666 e Plano de Trabalho anexo ao Convênio, para pagamento de plantão médico na UTI – Setor Covid 19 e encargos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONVENIADA.**

A **CONVENIADA** se obriga a cumprir o objeto descrito na cláusula primeira deste instrumento, para que não ocorra prejuízo ao atendimento dos usuários dos serviços de saúde.

§ 1.º – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste **Convênio** pela Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONVENIADA** nos termos da legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos e demais legislações existentes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**  
Estado de São Paulo

§ 2º - A Conveniada se obriga a manter durante a vigência deste instrumento todas as condições de sua habilitação jurídica e execução do plano de trabalho.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO.**

A CONVENIADA receberá o valor de R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais), sendo o valor mensal de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) provenientes de Recurso Federal para cobertura dos serviços conveniados.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas dos serviços realizados por força deste **Convênio**, nos termos e limites da Cláusula anterior correrão à conta da seguinte dotação consignada no Orçamento Programa da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:**

731

02.	Poder Executivo
02.06.02	Fundo Municipal de Saúde– Convênios/Transferências
33.50.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
2205	Enfrentamento da pandemia Covid-19
10	Saúde
302	Assistência Médica e Ambulatorial
0192	Enfrentamento da pandemia Covid-19
05312000	Recursos para combate ao Coronavírus

**CLÁUSULA QUINTA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

Os pagamentos serão repassados pela Prefeitura Municipal no dia 20 do mês subsequente e em caso de cair no sábado, domingo ou feriado o mesmo deverá ser antecipado.

Em cumprimento com o Plano de Trabalho celebrado entre a Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo e a Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo: "A execução do presente plano de trabalho será avaliada pelos órgãos competentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão: o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Plano, estabelece-se que a avaliação de desempenho da instituição será realizada mensalmente, pela Comissão de avaliação, ocasião em que será verificado o cumprimento das metas qualitativas e quantitativas. O não cumprimento de metas deverá ser informado ao serviço contratado juntamente com as medidas propostas de correção.

O Gestor de Avaliação do Plano de Trabalho: Termo de Colaboração UTI – Covid 19, será formada pelos seguintes representantes, titulares e suplentes:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**  
Estado de São Paulo

- a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde – Administração
- b) Representante da Unidade de Avaliação e Controle – UAC
- c) Vigilância Epidemiológica

A Santa Casa de Misericórdia deverá indicar, no mínimo, dois funcionários representantes da Instituição para acompanhar a Comissão de Avaliação, que será definida e publicada por portaria pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo.

A Comissão de Avaliação realizará a avaliação mensal de agosto/2020 a dezembro/2020.

Em relação à Prestação de Contas deste Plano de Trabalho, serão utilizados os documentos:

Nota Fiscal;

Escala de plantão e planilha de atendimentos

Pesquisa satisfatória que será apresentada a partir da competência agosto/2020, preenchida pelo paciente ou acompanhante no momento da alta. O preenchimento é facultativo, desde que o mesmo se manifeste em preencher e anônimo, não havendo necessidade do paciente se identificar.

Planilha detalhada contendo nome do profissional, nota fiscal e valor dos valores dos encargos.

Serão apresentados documentos comprobatórios como meio de comprovação do recurso.

O Termo de Solicitação de Repasse será enviado a Secretaria Municipal de Saúde até o quinto dia útil de cada mês, para liberação do Recurso.

Após revisão do Termo de Solicitação de Repasse a Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo efetuará o pagamento depositando-o à Santa Casa de São José do Rio Pardo em conta corrente do Banco do Brasil (001), sob nº 269-0 Agência 8675-4.

Os documentos apresentados, notas fiscais e termo de solicitação de repasse, conforme Lei da Transparência – Lei Complementar nº 13.019 de 31/07/2014 e suas alterações, deverão ser publicados no site da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo e/ou no site da Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Pardo.

A prestação de contas será enviada à Secretaria de Saúde mensalmente, para análise e avaliação dos documentos, para fins de comprovar a utilização do recurso.

**CLAÚSULA SÉXTA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR**

O não cumprimento pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste convênio transfere para a Secretaria Municipal de Saúde a obrigação de pagar os serviços ora conveniados, os quais são de responsabilidade do Município.

**CLAÚSULA SÉTIMA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**  
Estado de São Paulo

A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste **Convênio**.

§ 1.º – Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada, objetivando o cumprimento do objeto contratual.

§ 2º - A CONVENIADA facilitará à Secretaria o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA, designados para tal fim.

**CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

A inobservância, pela **CONVENIADA**, de cláusula ou obrigação constante deste CONVÊNIO, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a SECRETARIA, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8666/93, ou seja:

I – Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária das internações ou atendimentos ambulatoriais;

IV – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ou conveniar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção mencionada nesta cláusula.

§ 1º - A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerando sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu e dela será notificado a CONVENIADA.

§ 2º - As sanções previstas nas alíneas I, III, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea II.

§ 3º - Da aplicação das penalidades à CONVENIADA caberá recurso, nos termos do art. 109, da Lei 8666/1993, em sua redação atual, dirigido à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

§ 4º - O valor da multa, que vier a ser aplicada, será comunicada a CONVENIADA e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA a CONVENIADA, garantindo a este pleno direito de defesa em processo regular.

§ 5º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula, não ilidirá o direito de a SECRETARIA exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**  
Estado de São Paulo

acarretar para os órgãos gestores da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

**CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO**

Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão.

§1º - Poderá o Município rescindir o presente Convênio, conforme previsões contidas na Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, por descumprimento das obrigações pactuadas, não cabendo à CONVENIADA direito a qualquer indenização, salvo na hipótese do artigo 79, parágrafo segundo, da Lei Geral de Licitações.

§ 2º - Poderá a CONVENIADA rescindir o presente Convênio em caso de descumprimento pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos devidos. Caberá a CONVENIADA notificar a SECRETARIA, formalizando a rescisão e motivando-a, devidamente, informando do fim da prestação dos serviços contratados no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação.

§ 3º - Dos atos de rescisão contratual unilateral, previstas neste Convênio, caberá recurso, nos termos do art. 109, da Lei 8666/1993, em sua redação atual, dirigido à Secretaria Municipal de Saúde.

**CLAUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente Convênio será de até 31 de outubro de 2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO**

Qualquer alteração do presente Convênio será objeto de *Termo de Aditivo*, conforme o caso, na forma da legislação referente à Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº. 8.883/94.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente Convênio será publicado na imprensa oficial do Município e sua vigência será a partir de 21 de agosto de 2020.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**  
Estado de São Paulo

presente Convênio que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem as partes justas e conveniadas, firmam o presente Convênio em 02(duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

São José do Rio Pardo, 21 de agosto de 2020.

**Juliana Marcela Flausino**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**EDSON ROBERTO FURLAN**  
**PROVEDOR DA SANTA CASA DE**  
**MISERICÓRDIA SJRPARDO**

EDSON ROBERTO FURLAN  
CPF: 283.811.814-87  
PRC

Testemunhas

Nome..... **ANTONIO JOSÉ MARIQUE**  
Endereço..... **R. JOANA GASBINO - 60**  
RG..... **8.322.313-2**  
Assinatura.....

Nome..... **FÁBIO JOSÉ FURLAN**  
Endereço..... **RUA PADRE PAULO**  
RG..... **24.859.816-4**  
Assinatura.....



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO**  
Estado de São Paulo

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
CONVÊNIOS COM O TERCEIRO SETOR**

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO  
ENTIDADE CONVENIADA: SANTA CASA DE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO  
CONVÊNIO Nº (DE ORIGEM): 08/2020  
OBJETO: O presente convênio tem como objeto o repasse de recursos financeiros destinado ao Custeio auxílio financeiro emergencial Corona Vírus - Covid 19, conforme Portaria nº 1666 e Plano de Trabalho anexo ao Convênio, para pagamento de plantão médico na UTI – Setor Covid 19 e encargos.

ADVOGADO(S): (\*)

Na qualidade de Conveniente e Conveniada, respectivamente, do ajuste acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

São José do Rio Pardo, 21 de agosto de 2020

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: PREFEITURAMUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Nome e cargo: Juliana Marcela Flausino – Secretária Municipal de Saúde

E-mail institucional: [comprassau@saososedoriopardo.sp.gov.br](mailto:comprassau@saososedoriopardo.sp.gov.br)

E-mail pessoal: [protocolosau@saososedoriopardo.sp.gov.br](mailto:protocolosau@saososedoriopardo.sp.gov.br)

Assinatura:

ENTIDADE CONVENIADA: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Nome e cargo: Edson Roberto Furlan/Provedor

Telefone: (19) 3682-9090

E-mail institucional:

[secretaria@scriopardo.com.br](mailto:secretaria@scriopardo.com.br)/[gerenciaadm@scriopardo.com.br](mailto:gerenciaadm@scriopardo.com.br)/[adm@saososedoriopardo.sp.gov.br](mailto:adm@saososedoriopardo.sp.gov.br)

Assinatura:

EDSON ROBERTO FURLAN  
CPF: 283.841.818-87  
PROVEDOR